

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

Daniele Fonseca da Silveira

A importância da Libras para alunos Surdos no Ensino Fundamental

Juiz de Fora

2023

Daniele Fonseca da Silveira

A importância da Libras para alunos Surdos no Ensino Fundamental

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de Educação da
Universidade Federal de Juiz de Fora,
como requisito parcial à obtenção do grau
de licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof. Dr^a. Mylene Cristina Santiago

Juiz de Fora
2023

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Silveira, Daniele Fonseca da.

A importância da Libras para alunos Surdos no ensino fundamental / Daniele Fonseca da Silveira. -- 2023.

21 f.

Orientadora: Mylene Cristina Santiago

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, 2023.

1. Surdos. 2. Libras. 3. Educação bilíngue. 4. Inclusão. I. Santiago, Mylene Cristina, orient. II. Título.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso apresenta a importância de uma educação bilíngue, como oportunidade de inclusão linguística de estudantes surdos, durante o processo de escolarização. Além disso, destaca a necessidade de inserir a Libras no contexto escolar, considerando que se trata da forma de comunicação de alunos surdos, sendo portanto, uma ferramenta de inclusão, que permite a interação entre os colegas na sala de aula e nos outros espaços da escola. Além disso, destaca a importância da presença de profissionais e ambiente preparados para garantir não só o acesso, mas também a permanência efetiva desses sujeitos. A metodologia consiste em um estudo de cunho qualitativo, mais especificamente uma pesquisa bibliográfica, com base em artigos científicos, com foco na educação inclusiva, na educação bilíngue e ensino-aprendizagem de estudantes surdos. Os resultados do trabalho indicam que para que o processo de inclusão aconteça, é necessário que a educação bilíngue esteja cada vez mais presente nas escolas, assim como a presença de profissionais com maior domínio da Libras. Dessa maneira, esses alunos terão suas oportunidades educacionais ampliadas.

Palavras-chave: Surdos; Libras; Educação bilíngue; Inclusão.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS	6
3. A IMPORTÂNCIA DA LIBRAS NA EDUCAÇÃO DOS SURDOS	9
4. O BILINGUISMO NA EDUCAÇÃO DOS SURDOS	12
CONSIDERAÇÕES FINAIS	16
REFERÊNCIAS	18

1. INTRODUÇÃO

A escola é um espaço muito importante na vida dos indivíduos, pois é um dos primeiros ambientes sociais que a criança frequenta sem a presença de sua família. Portanto, é nesse lugar que são ensinadas as primeiras regras de convivência em sociedade, além de ser o local onde nos deparamos com pessoas diferentes de nós. Por isso, é o local onde aprendemos a conviver em sociedade, de forma a respeitar as diferentes pessoas ao nosso redor, inclusive pessoas com deficiência (PcD).

O Censo Escolar de 2020 mostrou que existem 62.581 crianças e adolescentes com surdez matriculados na educação básica. Esse expressivo número nos faz refletir sobre a qualidade do ensino desses alunos, se eles estão de fato incluídos nas escolas, ou até mesmo se eles são frequentes.

A reflexão acerca da inclusão da Libras no cotidiano escolar é tema pouco discutido, mesmo com sua enorme importância. A Libras é comumente restrita à comunidade surda, visto que poucos indivíduos conhecem a Libras de forma a se comunicar com as pessoas dessa comunidade.

O Decreto 5.626/2005 determina que é preciso ter a Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores e também nos cursos de fonoaudiologia, entretanto, sabemos que isso não é o suficiente, pois uma disciplina não dá conta de todas as especificidades que a Língua tem.

O processo de inclusão na educação de alunos surdos é alvo constante de inúmeros debates e questionamentos, por conta da ausência de acessibilidade linguística desse grupo. Muito se pergunta sobre o que ela é ou como de fato incluir uma pessoa com deficiência, em especial, pessoas com surdez. É certo dizer que a inclusão é a tentativa de atender a todos/as sem rótulos e sem classificações que possam discriminar uma pessoa.

Sabemos que no passado, o direito à educação era restrito a poucas pessoas. Se pensarmos nas pessoas com deficiência, o direito à educação era inexistente, visto que essas pessoas eram consideradas incapazes de realizar qualquer atividade. Essa concepção é característica do paradigma da exclusão, ou seja, pessoas completamente excluídas de qualquer relação com a sociedade.

De acordo com Silva (2009), nos séculos XIX e XX, as pessoas com deficiência começaram a ser inseridas em instituições assistencialistas, ou seja, em

locais onde eles teriam atendimento de acordo com as necessidades de cada um. Distanciar essas pessoas da sociedade e da família e colocá-las nesses ambientes resulta em práticas de segregação. Ainda é possível encontrar tais práticas no mundo atual quando pensamos nas chamadas escolas especiais, que são espaços criados para atender somente um determinado grupo de pessoas com características iguais. As chamadas escolas para surdos é um exemplo disso.

Nos últimos 30 anos, por conta de um movimento mundial em prol da educação para todos/as, os/as estudantes com deficiência começaram a frequentar as escolas regulares. Entretanto, sabemos que eles não são plenamente incluídos nas salas de aula e demais atividades da escola. Por exemplo, na aula de educação física, enquanto estudantes estão correndo e brincando, uma pessoa com deficiência física permanece na cadeira de rodas observando a aula ou jogando a bola somente para seu professor. É possível pensar que esse estudante está sendo incluído, já que de certa forma está participando da aula. Contudo, essa é uma prática de integração, ou seja, o aluno está inserido no ambiente escolar, mas realiza atividades individuais e adaptadas somente para ele, não provocando mudanças que validem sua participação e interação com a turma.

O processo de integração escolar tem sido entendido de diversas maneiras. O uso do vocábulo “integração” refere-se mais especificamente à inserção de alunos com deficiência nas escolas comuns, mas seu emprego dá-se também para designar alunos agrupados em escolas especiais para pessoas com deficiência, ou mesmo em classes especiais, grupos de lazer ou residências para deficientes. (MANTOAN, 2003, p. 15)

Para que o processo de inclusão aconteça, é necessário não somente permitir o acesso de um aluno na escola, mas também garantir sua permanência, olhando e trabalhando com suas capacidades de forma a permitir que seu aprendizado aconteça de maneira igualitária a todos os alunos sem rótulos e ações discriminatórias. “Ela implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral” (MANTOAN, 2003, p. 16).

No contexto atual, temos legislações que buscam oferecer condições de acessibilidade para pessoas com deficiência. No que tange a pessoas com surdez, a Lei nº 10.436/2002 reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como língua oficial dos Surdos, no entanto esse direito linguístico está longe de ser plenamente

efetivado na sociedade. Isso porque a Libras tem sido restrita somente à comunidade surda. Para comprovar esse fato, é possível citar inúmeros exemplos cotidianos: nos ônibus, hospitais e no comércio, o Surdo não consegue se comunicar, visto que as pessoas não conhecem a Libras.

Incluir um aluno Surdo na escola vai muito além de somente contratar um instrutor e tradutor/intérprete de Libras, para que essa inclusão de fato aconteça, é necessário considerar o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua, além de incluir a Libras como disciplina escolar para todos os alunos da escola.

Ao longo da minha trajetória na educação básica, conheci uma aluna Surda. Não conhecia a Libras e resolvi aprender o alfabeto para me comunicar com ela e, aos poucos, fui substituindo a datilologia das palavras pelos seus sinais próprios. Nessa época, ela não tinha um intérprete, seu “aprendizado” se dava da seguinte forma: ela sentava em dupla com uma amiga e apenas copiava o conteúdo escrito em seu caderno, as atividades e avaliações eram da mesma maneira.

Com o passar dos anos, passei a ficar sentada com ela, assim como sua amiga fazia. Em certo momento do ano letivo, foi contratada, pela primeira vez, uma intérprete para ela, mas mesmo assim era muito difícil, porque ela sempre estava cercada de pessoas ouvintes, portanto, muitos sinais também eram desconhecidos por ela.

A presença da intérprete possibilitou que a aluna começasse a ter acesso ao conteúdo oral que o professor falava na sala de aula. Em contrapartida, era a primeira vez em toda a sua vida escolar que ela tinha o auxílio desse profissional, então ela tinha dificuldade em assimilar os conteúdos daquele ano, já que anteriormente não tinha acesso a eles.

A partir desse ano ela começou a contar com o apoio intérprete em todas as séries, porém, mesmo com a presença do profissional, ela ainda ficava sentada em dupla, já que não conseguia copiar as coisas do quadro ou os conteúdos que eram ditados pelos professores, e por essa falta de domínio dos conteúdos não conseguia fazer as atividades sozinha. Essa situação me incomodava muito, pois a aluna vivia em uma bolha onde somente os amigos mais próximos se comunicavam com ela.

Diante dessa experiência, surgiu o meu interesse em pesquisar sobre o assunto. Tudo isso me fez refletir sobre a importância da presença do intérprete e/ou professor/a de Libras desde o primeiro ano de escolarização da criança. Além disso, é necessário que outras pessoas da escola também saibam se comunicar em

Libras, pois a aluna não tinha ninguém que se comunicasse com ela, além de pessoas próximas que se interessavam em incluí-la no ambiente escolar.

Essa experiência marcante me fez tomar a decisão de escolher a Libras e os Surdos como tema de pesquisa do meu trabalho de conclusão de curso, não somente para me apropriar de conhecimentos da área, mas também para criar diálogos e reflexões acerca dessa temática ainda pouco visibilizada, mas extremamente necessária.

Diante disso, busco questionar sobre “O que é necessário fazer para de fato incluir os alunos Surdos e, dessa forma, garantir seu aprendizado?” e, a partir dessa questão, alcançar os seguintes objetivos: (i) compreender a história de luta e conquistas dos Surdos; (ii) identificar as lacunas existentes na inclusão de alunos Surdos nas escolas que tem poucos profissionais com conhecimento da Libras; e (iii) enfatizar a importância da escola bilíngue para a plena inclusão desses alunos.

No presente trabalho é enfatizada a necessidade de incluir a Libras no contexto escolar, não apenas como uma disciplina, mas também para pensar a importância de se ter mais profissionais empenhados em garantir acessibilidade linguística a esses estudantes e lutar pela inclusão da Libras no contexto escolar.

A pesquisa foi realizada com base em uma pesquisa bibliográfica qualitativa utilizando livros e artigos científicos que abordam questões relacionadas à inclusão de alunos Surdos nas escolas regulares, bem como a importância de uma educação bilíngue nesse processo.

2. A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS

Pensar na educação dos Surdos é pensar em um campo repleto de lutas e, conseqüentemente, algumas conquistas de direitos que foram acontecendo ao longo dos anos. Antigamente, os sujeitos Surdos eram tratados como ineducáveis, sendo chamados até mesmo de loucos. Devido a isso, não podiam exercer direitos básicos que todo cidadão tem na sociedade. Muito dessa ideia se dava por princípios religiosos, já que acreditavam que a deficiência era resultado de um castigo de Deus.

Durante a Antiguidade e por quase toda a Idade Média pensava-se que os surdos não fossem educáveis, ou que fossem imbecis. Os poucos textos encontrados referem-se prioritariamente a relatos de curas milagrosas ou inexplicáveis (LACERDA *apud* Moores 1998).

Esse cenário começou a mudar a partir do século XVI, momento em que começaram a surgir diversas pessoas dispostas a trabalhar com os Surdos. O primeiro professor de Surdos da história foi Pedro Ponce de Leon (1520-1584), seus trabalhos eram realizados por meio de gestos e alfabeto. Além disso, todas as tentativas de educar pessoas surdas eram acessíveis somente às famílias nobres, que pagavam para que seus filhos fossem auxiliados no processo de aquisição da leitura e escrita.

Outro nome na história da educação dos Surdos foi Samuel Heinicke, um alemão fundador do oralismo. Para ele, o oralismo era necessário para que o contato dessas pessoas não fosse restringido somente à comunidade surda, e sim aos ouvintes também. O oralismo “procurava levar o Surdo a falar e a desenvolver competências linguísticas oral, com o intuito de desenvolver-se emocional, social e cognitivamente do modo mais similar possível ao mundo dos ouvintes” (SILVA; FIGUEIREDO, 2023). Nesse sentido, o método oral foi uma tentativa de não reconhecimento da identidade surda, já que o objetivo desse método era fazer com que os Surdos desenvolvessem sua fala para se comunicarem como os ouvintes.

Em 1760, surge em Paris a primeira escola para Surdos, criada por Charles M. de L'Épée, onde eram realizados trabalhos não somente com os alunos, mas também com os professores. Diante disso, foi possível ver um desenvolvimento significativo nesses sujeitos. Por isso, L'Épée se tornou uma figura muito importante quando se pensa na educação dos Surdos.

No convívio com os surdos, o abade L'Épée percebeu que os gestos cumpriam as mesmas funções das línguas faladas e, portanto, permitiam uma comunicação efetiva entre eles. E assim inicia-se o processo de reconhecimento da língua de sinais. Não apenas em discursos, mas em práticas metodológicas desenvolvidas por ele na primeira Escola Pública para Surdos em Paris. Além disso, para o abade, os sons articulados não eram o essencial na educação de surdos, mas sim a possibilidade que tinham de aprender a ler e a escrever através da língua de sinais, pois essa era a forma natural que possuíam para expressar suas idéias (QUADROS, 2006, p. 23).

No ano de 1878, aconteceu o I Congresso Internacional sobre a Instrução de Surdos onde os Surdos conquistaram o direito de assinar documentos, reconhecendo esses sujeitos como cidadãos.

Entretanto, o II Congresso Internacional de Educadores Surdos, que aconteceu em Milão no ano de 1880, ficou marcado por ser o momento em que a

língua de sinais foi proibida de ser utilizada nas escolas, sendo substituída pelo oralismo. Segundo Sacks,

O oralismo saiu vencedor e o uso da língua de sinais foi “oficialmente” abolido. Os alunos surdos foram proibidos de usar sua própria língua “natural” e, dali por diante, forçados a aprender, o melhor que pudessem, a (para eles) “artificial” língua falada. E talvez isso seja condizente com o espírito da época, seu arrogante senso da ciência como poder, de comandar a natureza e nunca se dobrar a ela (SACKS, 1998, p. 40).

Após cem anos desse retrocesso, no século XX, o uso da língua de sinais voltou a ser discutido e estudado, a partir desse momento, a luta para reconhecimento da língua de sinais retomou no mundo todo. A primeira oficializada foi a Língua de Sinais Francesa (LSF), tornando-se influente em todo o mundo.

No Brasil, a educação dos Surdos começou com a vinda da família Real para o país. Convidado por D. Pedro II, o professor francês H Ernest Huet veio ao Brasil e fundou em 1857 o “Instituto de Surdos Mudos no Rio de Janeiro”, hoje chamado de “Instituto Nacional de Educação dos Surdos”, o INES.

A LSF foi a “base” para a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Inicialmente, começou com o alfabeto manual e depois com os sinais próprios, que contém variações linguísticas de região em região, assim como a Língua Portuguesa.

Assim como citado anteriormente, a partir de 1880, em razão do Congresso de Milão, o uso de sinais foi totalmente proibido, os Surdos tinham até mesmo suas mãos amarradas para que não fizessem uso deles. No Instituto, atual INES, isso não foi diferente. O trabalho que era realizado por meio da língua de sinais precisou ser modificado, sendo necessário adotar o método do oralismo.

Com a volta do uso da língua de sinais após um longo período, surgiu também a metodologia da comunicação total, que fazia uso de gestos, línguas de sinais e línguas orais.

A comunicação total, língua falada sinalizada, compreendida como aquela que busca todos os meios (mímica, pantomima, leitura labial e sinais) para o desenvolvimento da linguagem, tornando a língua falada mais compreensível ao surdo e auxiliando em seu letramento se tornou no início dos anos de 1970 o método de excelência a ser adotado na educação para surdos (SOUTO, 2017, p. 2273)

A partir dos anos 2000, a metodologia que passou a ser mais utilizada é o bilinguismo, que tem a Língua de Sinais como L1 e o Português escrito como L2.

O bilingüismo surgiu em decorrência da clássica tese de Stokoe, publicada em 1960, de que o sistema de comunicação por sinais

utilizado pelos surdos americanos (ASL) era, de fato, uma língua como outra qualquer. [...] Do ponto de vista lógico, dada, de um lado, a grande dificuldade da criança surda em adquirir a língua oral e, de outro, a importância da língua na constituição da própria subjetividade, uma educação bilíngüe pressuporia a imersão da criança surda, o mais cedo possível, na língua de sinais (SOUZA, 1998, p.103).

Com essas mudanças ao longo dos anos, é possível perceber que os sujeitos Surdos passaram a ser vistos como pessoas com especificidades próprias. Portanto, passaram a ser respeitados sem ser diminuídos por conta de sua diferença linguística (SARNIK, 2020). Por isso, a Língua de Sinais se tornou muito importante e foi ganhando espaço na sociedade e na comunicação dos Surdos.

3. A IMPORTÂNCIA DA LIBRAS NA EDUCAÇÃO DOS SURDOS

Os Surdos utilizam a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para se comunicar no dia a dia. Ela desempenha um papel fundamental na educação e no desenvolvimento desses sujeitos. Sua importância transcende a comunicação, influenciando positivamente diversos aspectos da vida desses indivíduos, como a preservação das identidades Surdas e valorização da comunidade.

A língua de sinais é muito importante para as identidades surdas, pois é por meio dela que o sujeito Surdo consegue se comunicar e se colocar no mundo. Entretanto, é importante salientar que não existe somente uma identidade surda, já que ela varia de acordo com o meio cultural em que o indivíduo está inserido.

De acordo com Perlin (2002), existem sete identidades surdas distintas que são complexas e diversificadas. Além disso, elas estão em constante mudança, sendo necessário respeitá-las.

Uma das identidades são as Identidades Políticas, aquelas onde os Surdos se unem e participam de militâncias a favor da comunidade. Há também as Identidades Surdas híbridas que dizem respeito ao indivíduo que nasceu ouvinte e, por algum motivo, tornou-se Surdo. Devido a isso, acaba tendo contato com a Língua Portuguesa e, posteriormente, com a Libras.

As Identidades Surdas Flutuantes se referem ao sujeito que nasceu Surdo, mas não tem contato e/ou se identifica com a identidade e cultura surda. As Identidades Surdas Embaçadas estão relacionadas às pessoas que não adquirem a Língua Portuguesa ou a Libras, fazendo uso de gestos e/ou mímicas.

Perlin (2002), além dessas identidades indicadas acima, também explica as Identidades Surdas de Transição que, segundo ela, diz respeito às pessoas que nasceram Surdas mas tiveram contato com a Cultura Surda e a Libras tardiamente e, por isso, são oralizados. Há as Identidades Surdas de Diáspora, ou seja, as pessoas que têm contato com as línguas de sinais de diferentes regiões do mundo, utilizando sinais diversos e seu repertório.

E, por fim, a autora também afirma que existem as Identidades Intermediárias, sendo aquelas onde o Surdo compreende a Língua Portuguesa e também a Libras, podendo pertencer as duas comunidades.

Em suma, Perlin (2002) afirma que essas identidades não são homogêneas, portanto, é possível que o sujeito Surdo transite entre elas.

As línguas de sinais, dentre elas a Libras, são:

[...] sistemas linguísticos que passaram de geração em geração de pessoas surdas. São línguas que não derivam das línguas orais, mas fluíram de uma necessidade natural de comunicação entre pessoas que não utilizam o canal auditivo-oral, mas o canal espaço-visual como modalidade linguística. (QUADROS, 1997, p.47)

No caso do Brasil, a Libras foi reconhecida como língua oficial dos Surdos em 24 de abril de 2002 por meio da Lei nº 10.436/2002:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002)

Esta Lei, juntamente com o Decreto nº 5.626 de 2005, são grandes conquistas para a comunidade surda, pois asseguram a garantia e o acesso a direitos básicos como saúde e educação e, assim, fortalecem o reconhecimento desses sujeitos como pertencentes da sociedade na qual estão inseridos.

Art. 14. As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior. (BRASIL, 2005)

Além disso, para caminhar à uma efetiva inclusão de alunos Surdos são necessários alguns auxílios, como por exemplo o destacado na Portaria nº 3.284 de 2003:

III- quanto a alunos portadores de deficiência auditiva, compromisso formal da instituição, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso: a) de propiciar, sempre que necessário, intérprete de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização e revisão de provas, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno (...) (BRASIL, 2003)

A Libras é essencial para o desenvolvimento da cultura surda, que tem suas próprias tradições, valores e histórias. Através da língua de sinais, os Surdos têm a oportunidade de se conectar com sua comunidade de forma significativa e preservar sua herança cultural. Além disso, a Libras é um veículo poderoso para promover a conscientização e a sensibilização sobre a surdez na sociedade em geral. Ao aprender e reconhecer a importância da Libras, as pessoas tornam-se mais inclusivas e respeitadas em relação às necessidades dos Surdos, contribuindo para um mundo mais inclusivo e acessível.

Na educação, a Libras desempenha um papel crucial para a construção do conhecimento, mas infelizmente na realidade das nossas escolas, é raro ver um profissional que tem o domínio da língua, pois quando há a presença do intérprete de Libras (IE), ele se torna o único que se comunica com o indivíduo Surdo e, como consequência disso, esse aluno não é visto pelos professores e demais colegas de sala. Para que haja mudança deste contexto,

A Libras precisa circular livremente no espaço escolar, e por isso o professor precisa conhecer a Libras. É durante as aulas, no momento de ministrar conteúdos que o IE atua, mas, na hora das dúvidas, de questões, espera-se que o professor possa atender diretamente ao estudante surdo, pedindo ajuda do IE apenas se necessário (LACERDA, 2017, p. 36)

A presença do intérprete é muito importante dentro da sala de aula, pois é o profissional que auxilia na comunicação do sujeito Surdo com os ouvintes, além de garantir que o conhecimento passado pelo professor chegue até o aluno.

Entretanto, é necessário destacar que isso não é o suficiente para garantir a plena inclusão desse aluno na sala de aula, pois é necessário que seja cumprido o direito que a pessoa surda tem de ter acesso ao conhecimento por meio da Libras como sua primeira língua. Nas palavras de Damásio, Alves e Ferreira (2010, p.25)

Um dos desafios das políticas públicas inclusivas para as escolas brasileiras é a construção de ambientes educacionais para o ensino dessa língua, que respeitem os ciclos do desenvolvimento e a naturalidade de sua aquisição pelas crianças com surdez e dotados de métodos adequados para o seu ensino. Para oferecer o aprendizado dessa língua, resguardando que seus usuários tenham a sua apropriação de maneira natural, é importante a presença de um profissional com surdez, se possível, atuando nesses ambientes.

Diante desses apontamentos, é necessário enfatizar a importância de se ter profissionais que dominem a língua de sinais, pois, além de contribuir para a inclusão desses alunos, também ajudaria a proporcioná-los a sensação de acolhimento e pertencimento no ambiente escolar e, sobretudo, garantiria a efetivação do direito à educação de qualidade para todos. Nesse sentido, é possível concluir que:

A realidade das escolas públicas está longe de estar apta para receber a criança surda, devido a falta de profissionais na área de língua brasileira de sinais, pois ainda há grandes barreiras para uma educação de qualidade para receber o mesmo. A dificuldade da criança de adaptação a inclusão com crianças ouvintes, vem recheada de preconceito, falta de proposta pedagógicas, quebra de rotina do processo de ensino, às incertezas e tantas e tantas angústias e barreiras a serem quebrados, como garantir um inclusão de qualidade (SILVA et al, np).

A Libras é muito mais do que apenas uma forma de comunicação para os Surdos, ela é uma ferramenta essencial para sua educação, identidade cultural, participação social e para a promoção de uma sociedade mais inclusiva. Portanto, reconhecer e valorizar a importância da Libras na educação dos surdos é um passo fundamental em direção à igualdade de oportunidades e à valorização da diversidade linguística e cultural.

Essas são algumas das barreiras ligadas à plena inclusão dos Surdos na educação e no reconhecimento dele com um sujeito que tem capacidades de aprendizagem. Uma das formas de auxiliar nesse processo é garantir uma maior presença da Libras em todos os ambientes, principalmente na escola, tanto para os funcionários, quanto para os alunos.

4. O BILINGUISMO NA EDUCAÇÃO DOS SURDOS

O bilinguismo é uma abordagem que vem ganhando cada vez mais espaço quando se fala na inclusão dos alunos Surdos, bem como no seu processo de aprendizagem. “Parte do reconhecimento de que os surdos estão em contato com

duas línguas e que uma destas línguas é a língua de sinais” (SÁNCHEZ, 1991, p. 4). Trata-se de utilizar duas línguas nesse processo: a Libras como primeira língua e a Língua Portuguesa como segunda língua.

O modelo de educação bilíngue contrapõe-se ao modelo oralista porque considera o canal viso gestual de fundamental importância para a aquisição de linguagem da pessoa surda. E contrapõe-se à comunicação total porque defende um espaço efetivo para a língua de sinais no trabalho educacional; por isso advoga que cada uma das línguas apresentadas ao surdo mantenha suas características próprias e que não se "misture" uma com a outra. Nesse modelo, o que se propõe é que sejam ensinadas duas línguas, a língua de sinais e, secundariamente, a língua do grupo ouvinte majoritário. (LACERDA, 1998, p. 7)

Foi a partir do Decreto número 5.626 de 2005, que regulamenta a Lei número 10.436, de 24 de abril de 2002, que o aluno Surdo passa a ter direito a escolas ou classes bilíngues, onde a Libras é utilizada como meio de comunicação, ensino e aprendizagem. Segundo esse mesmo Decreto:

São denominadas escolas ou classes de educação bilíngue aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo. (BRASIL, 2005, Artigo 22, §1º)

Nesse sentido, é importante que seja assegurado “o entendimento das aulas e conteúdos que sejam ministrados em libras ou traduzidos por um intérprete, além de se comprometer com a alfabetização deste aluno na Língua Portuguesa” (HONORA, 2014, p. 93).

A Leiº 14.191 de 03 de agosto de 2021 altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) ao inserir a educação bilíngue para Surdos como uma modalidade da educação. Nela, está explícito que:

Art. 60-A. Entende-se por educação bilíngue de surdos, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos (BRASIL, 2021, np).

Apesar dessas legislações nacionais, há poucas escolas bilíngues e inúmeras escolas regulares, que produz forte pressão para que os alunos surdos se integrem

ao ensino regular, e isso acontece sem pensar as especificidades de uma verdadeira educação inclusiva e bilíngue para esses sujeitos.

Diante disso, é notório que a escola bilíngue seja um ambiente onde os Surdos sejam incluídos e, sobretudo, onde suas diferenças linguísticas e culturais sejam respeitadas. “A escola bilíngue deve se constituir espaço aberto para pais, adultos Surdos, usuários de Libras, possibilitar a interação dos filhos com a cultura surda, dentro de um diálogo aberto, aumentando a comunicação entre pais e alunos” (SARNIK, 2020, p. 55).

Portanto, “ser uma escola bilíngue é mais do que o uso de duas línguas no processo ensino-aprendizagem, pois o bilinguismo consiste em um método que tende a provocar enormes mudanças no sistema educacional para os surdos” (PRATES; LINO, 2021, p. 110).

Além disso, “deve ser um espaço onde o aluno, utilizando sua própria língua, possa se desenvolver e participar de forma plena na sociedade, sendo capaz de lutar por seus direitos” (SARNIK, 2020, p. 59).

Essas mudanças precisam acontecer para de fato incluir um aluno Surdo nas salas de aula do nosso país. Uma primeira transformação que precisa ocorrer é uma maior atenção à Libras nos cursos de formação de professores, pois, conforme Sarnik (2020) salienta, os profissionais se sentem incapazes, pois a escola não está preparada para esse público, assim como a falta de metodologia para eles, visto que o uso de metodologias diversificadas é uma excelente aliada nesse processo, pois garante a interação do aluno com o que está sendo ensinado. Tal afirmação precisa ser problematizada, pois o direito à educação é para todos e precisa ser garantido em todas as etapas da educação.

Uma segunda mudança diz respeito a importância da Libras estar presente na vida escolar do sujeito Surdo desde a educação infantil, já que a maioria das crianças Surdas estão inseridas em ambientes familiares com pais ouvintes. Devido a isso, acabam não tendo contato com a língua de sinais desde seu nascimento.

Quando se trata de uma criança surda, filha de pais ouvintes, as interações são limitadas a pouquíssimos gestos naturais, prevalecendo a língua oral. Isso provoca na criança limitações no desenvolvimento da linguagem, assim como gera o quadro de privação linguística, que pode fazer a criança desenvolver problemas emocionais, dificuldades de interação com outras pessoas,

depressão, pânico social, entre outros sintomas (MORAIS *et al.* 2018, p. 148).

Essa condição acaba interferindo no aprendizado da língua portuguesa como segunda língua (L2), pois “quanto maior o nível de conhecimento em sinais para os Surdos, maior o desenvolvimento da segunda língua. Portanto, quanto maior é o estímulo para a língua de sinais, maior também é para a L2” (SARNIK, 2020). Além disso, para a proposta bilíngue é importante ter a presença de:

um profissional surdo como desencadeador de ambiente linguístico favorável na aquisição e aprofundamento do conhecimento da língua de sinais tanto para alunos, professores e pais, gerando modelo positivo para construção de múltiplas identidades surdas, e uma autoimagem positiva do Surdo” (SARNIK, 2020, p. 55).

A presença do profissional surdo juntamente com um ouvinte fluente em Libras é muito importante para auxiliar no processo de construção do planejamento dos conteúdos a serem trabalhados, em busca do desenvolvimento do português escrito, pois “ensinar uma língua escrita para quem desconhece a oralidade é um desafio a todos os professores com alunos Surdos em suas turmas” (SARNIK, 2020).

De acordo com Moraes *et al.*, (2018, p. 62), “quando há surdos na equipe de gestão de uma escola bilíngue, é possível que sutilezas do ‘olhar surdo’ possam ser melhor exploradas no cotidiano escolar”. De acordo com os autores é necessário repensar os métodos, currículos e práticas, pois “quando o aluno Surdo ingressa em uma escola comum (regular), ele está adentrando num ambiente cuja língua de instrução é a portuguesa e cujo espaço não foi pensado para recebê-lo e formá-lo enquanto cidadão” (Moraes *et al.*, 2018, p. 57).

Para que esse trabalho seja realizado de maneira efetiva, é imprescindível a presença da cultura surda nos conteúdos escolares pois, além de atender as necessidades desses alunos, é uma forma de respeitar as especificidades da língua, bem como da cultura e identidade surda.

Entendemos cultura surda como aquela que se refere à língua de sinais, bem como recursos e estratégias que os surdos utilizam para auxiliá-los no mundo, como exemplo temos o despertador que vibra, a campainha que acende a luz, entre outros (SANTANA; BERGAMO, 2005). Ela também se manifesta em expressões artísticas diversas. O teatro surdo, por exemplo, utiliza a língua de sinais como meio de contar

histórias; a literatura surda vai além das palavras escritas ou faladas, utilizando a língua de sinais como forma de comunicação e narrativa. Essas expressões artísticas contribuem para a preservação da identidade e das experiências compartilhadas pelos surdos, desafiando as convenções tradicionais e promovendo a inclusão. Portanto,

É o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável, ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das “almas” das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo (STROBEL, 2016, p. 29).

Cabe aos profissionais responsáveis pela educação de surdos procurar mudar esse ensino em que muitos não levam em consideração a capacidade intelectual dos alunos. Não se pode mais admitir a ausência de conteúdos de ensino. É preciso um ensino de qualidade que priorize os aspectos social, linguístico e afetivo, e trabalhe conteúdos culturais interessantes, atualizados, com os quais os alunos possam ter relação direta. Pensar o currículo implica pensar nas diferenças, e é importante a participação de surdos para ajudar nessa construção (SARNIK, 2020, p. 60).

Portanto, consideramos que o aluno Surdo precisa de todo um suporte para que seja de fato incluído no ambiente escolar. Como vemos nesta seção, isso não diz respeito somente a sua matrícula nas escolas regulares, mas também o uso de recursos pedagógicos e sociais que contribuam para o seu processo de aprendizado.

A Libras precisa estar inserida nas escolas e a educação bilíngue é a melhor alternativa para garantir que o direito à educação para os Surdos seja assegurado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos objetivos deste trabalho, é possível concluir que a Libras é uma ferramenta de extrema relevância para a inclusão de alunos Surdos nas escolas regulares, por ser a língua materna dessa comunidade no Brasil. Essa inclusão é uma questão de direitos humanos e de justiça educacional que merece atenção contínua e comprometimento.

Apesar dessa importância da Libras, ainda existem desafios a serem superados, como a falta de formação de professores em Libras e a necessidade de

conscientização sobre a cultura surda, sendo necessário investimentos e políticas públicas para enfrentar esses desafios.

Como um dos objetivos deste trabalho, foi possível compreender que a história dos Surdos é marcada por muitas lutas e algumas conquistas, como por exemplo, o reconhecimento da Libras como língua oficial dessas pessoas no país (BRASIL, 2002), e também o direito, mesmo que ainda não garantido, de uma educação bilíngue (BRASIL, 2021).

Além disso, com esse estudo, podemos concluir que uma educação bilíngue para Surdos é fundamental para garantir que eles tenham acesso igualitário à educação, desenvolvam suas habilidades linguísticas e participem ativamente na sociedade. Ela não apenas respeita a identidade e cultura surdas, mas também é essencial para promover a igualdade de oportunidades e o pleno exercício dos direitos dos Surdos. Portanto, é crucial promover e apoiar programas de educação bilíngue para esses sujeitos.

Essa pesquisa é muito relevante para a área da educação de pessoas com surdez, em virtude da escassez de estudos e visibilidade do tema nas escolas públicas e no contexto social, em geral. É preciso encontrar formas de romper com essas barreiras e paradigmas segregacionistas e, dessa forma, garantir não só o acesso, mas também a permanência desses alunos nas escolas, efetivando assim, seu aprendizado e desenvolvimento integral.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm>. Acesso em: 20 jul. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação básica de 2020**. Brasília: Inep, 2021.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em 17 jul. 2022.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências**. Diário Oficial da União. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm>. Acesso em: 18 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 3284, de 7 de novembro de 2003. **Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 nov. 2003. Seção 1. p. 12.

DAMÁZIO, Mirlene F. M., ALVES, Carla B. e FERREIRA, Josimário de P. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

DE LACERDA, Cristina BF. **Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos**. Cadernos Cedes, v. 19, p. 68-80, 1998.

FERNANDES, Sueli; MOREIRA, Laura Ceretta. **Políticas de educação bilíngue para surdos: o contexto brasileiro**. Educar em Revista, p. 51-69, 2014.

HONORA, Márcia. **Inclusão educacional de alunos com surdez: concepção e alfabetização: ensino fundamental, 1º ciclo**. São Paulo: Cortez, 2014.

LACERDA, Cristina B. **Intérprete de Libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental**. Porto Alegre: Mediação, FAPESP, 2017

Mantoan. Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2003.

MORAIS, Carlos E L.; PLINSKI, Rejane R K.; MARTINS, Gabriel P. T C.; et al. **Libras**. 2. ed. – Porto Alegre: SAGAH, 2018. *E-book*. ISBN 9788595027305.

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595027305/>. Acesso em: 13 out. 2023.

PERLIN, Gladis. **As diferentes Identidades Surdas**. Feneis, Ano IV, n. 14, 2002.

PRATES, Claudia Aparecida; LINO, Carla Cristine Tes caro Santos. **Percepções de estudantes surdos sobre o processo de escolarização em escola comum e escola bilíngue**. Humanidades & Inovação, v. 8, n. 37, p. 106-121, 2021.

QUADROS, R. M. de. **O bi do bilingüismo na educação de surdos** In: Surdez e bilingüismo. 1 ed. Porto Alegre : Editora Mediação, 2005, v.1, p. 26-36.

QUADROS, Ronice Muller de, KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira – Estudos lingüísticos. Porto Alegre. Editora Artmed. 2004.

SACKS, O. W. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. Tradução Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SANCHEZ, C.M. **La educación de los sordos en un modelo bilíngüe**. Mérida: Ickonia, 1991.

SARNIK, Mariana Victoria Todeschini. **Libras**. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020.

SILVA, Fabiana Rodrigues da; FIGUEIREDO, Fabiane Fischer. **Processo de inclusão de deficientes auditivos na educação infantil**. 2023. 22 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, Iporá, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/bitstream/prefix/3585/1/Fabiana%20TCC.pdf>. Acesso em: 13 maio 2023

SILVA, Jucilene Serrão da; et al. **A importância da inclusão da Libras no contexto escolar**.

SOUTO, Maíra Wood Almeida. **Oralismo X Bilinguismo: filosofias educacionais historicamente contrastantes e presentes na educação para o surdo**. In: XIII EDUCERE (Congresso Nacional de Educação). Anais... . 2017. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25285_12446.pdf. Acesso em: 13 maio 2023.

SOUZA, R. M. **Que palavra que te falta? Lingüística, educação e surdez**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2016.